

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.639 - SP (2018/0291652-7)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
EMBARGANTE : CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MARIA ISABEL
ADVOGADO : RICARDO SCRAVAJAR GOUVEIA - SP220340
EMBARGADO : CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO
SABESP
ADVOGADO : OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ - DF015553

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos pelo CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MARIA ISABEL, em 04/02/2019, contra decisão de minha lavra, publicada em 04/02/2019, que deu provimento ao Recurso Especial interposto pela CIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, acolhendo a alegada violação ao art. 1.022 do CPC/2015.

Inconformada, sustenta a parte embargante que:

"03. Entretanto, com a *devida vênia*, a r. decisão supratranscrita padece do vício de omissão (inc. II do art. 1.022 do Código de Processo Civil), em especial pelo fato do v. acórdão proferida pela C. 31ª Câmara de Direito Privado do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo dirimiu, fundamentadamente, a questão que lhe foi submetida, não sendo possível confundir julgamento desfavorável, como no caso, com negativa de prestação jurisdição ou ausência de fundamentação.

04. No caso dos autos, o I. Relator ARMALDO TOLEDO ao apreciar a questão do direito a restituição dos valores objeto de pagamento indevido na vigência do Decreto Estadual n.º 21.123/83, o fez reconhecendo a legitimidade ativa da Embargante e por conseguinte, a inocorrência da denominada coisa julgada, não havendo que se falar em necessidade de retorno dos autos para novo julgamento.

'(...) Assim, merece procedência o pedido de repetição do indébito a partir de setembro de 1992, até o início da vigência do Decreto Estadual nº 41.446, de 16 de dezembro de 1996, cujos valores serão auferidos, em liquidação de sentença, por arbitramento, considerando-se o consumo efetivo das contas juntadas aos autos, e pela média de consumo, acrescidos de correção monetária e juros de mora, a partir do desembolso. (...)' (grifo da Embargante).

05. No mais, a alteração do entendimento adotado pela Corte de origem acerca da revisão do direito a restituição dos valores pela Embargada a Embargante, conforme consta da parte dispositiva do v.

acórdão recorrido, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo probatório constante dos autos, providência vedada na via estreita do recurso especial, em atenção ao óbice previsto na Súmula n.º 7/STJ.

(...)

06. Assim, resta necessária a manifestação desse MM. Juízo quanto a essa questão ventilada nos presentes Embargos de Declaração" (fls. 625/627e).

Por fim, requer o acolhimento dos Embargos Declaratórios.

Nas razões de impugnação, a parte embargada pugna pela rejeição dos Embargos Declaratórios (fls. 630/635e).

A irresignação não merece acolhida.

Com efeito, nos termos do art. 1.022 do CPC vigente, os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" e "corrigir erro material".

In casu, quanto ao cerne do inconformismo recursal, ao contrário do que pretende fazer crer a parte embargante, a decisão está suficientemente fundamentada, no sentido de que houve negativa de prestação jurisdicional por parte do Tribunal de origem, o qual deixou de sanar omissão, no exame das teses trazidas nas Contrarrazões de Apelação e nos Embargos Declaratórios (fls. 409/414e) da CIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, no sentido da ilegitimidade ativa do autor, bem como acerca da existência de coisa julgada.

Desse modo, seja à luz do CPC/73 ou do CPC vigente, os Embargos de Declaração não constituem veículo próprio para o exame das razões atinentes ao inconformismo da parte, tampouco meio de revisão, rediscussão e reforma de matéria já decidida.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECLAMAÇÃO. RESOLUÇÃO STJ N. 12/2009. OMISSÃO. ACOLHIMENTO.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como quando há erro material a ser sanado.

2. Embargos declaratórios acolhidos sem efeitos infringentes" (STJ, EDcl nos EDcl na Rcl 28.977/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 11/03/2016).

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. HIPÓTESES DO ART. 535

DO CPC. AUSÊNCIA. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração apenas são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade do julgado recorrido, admitindo-se também esse recurso para se corrigir eventuais erros materiais constantes do pronunciamento jurisdicional.

2. No caso, está evidenciado o intuito do embargante em rediscutir a matéria já integralmente decidida pelo órgão judicial recorrido, o que não se admite nos estreitos limites do art. 535 do CPC.

3. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgRg nos EAREsp 540.453/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Convocada do TRF/3ª Região), PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 04/03/2016).

Pelo exposto, à míngua de vícios, **rejeito** os Embargos Declaratórios.

I.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora